

# As recomendações da 8<sup>a</sup> Conferência de Saúde

O presidente José Sarney e seus ministros Roberto Figueira Santos e Raphael de Almeida Magalhães, da Saúde e da Previdência Social respectivamente, acabam de analisar um documento extremamente valioso para a pretendida reformulação da política de saúde praticada no País: o relatório final contendo as recomendações da 8<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde, que se encerrou em Brasília, nos meados de março último.

Como se trata de documento dotado de incomum importância social e política, ninguém entende o estranho silêncio adotado pelos maiores veículos de comunicação social, que até hoje fingiram desconhecer as propostas aprovadas durante a 8<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde, onde tomaram parte ativa nos debates cerca de mil delegados oficiais e quatro mil legítimos representantes da sociedade brasileira em mudança.

Acontece, porém, que a sociedade brasileira tem o direito de ser informada sobre as propostas encaminhadas e aprovadas no encontro de Brasília. São essas proposições que aparecem condensadas no texto do relatório final que o presidente Sarney e seus ministros da Saúde e da Previdência Social estão analisando para eventual incorporação na política de saúde praticada, sob fortes pressões, pelo governo federal.

Por isso, a partir de hoje, por intermédio da publicação de uma série de quatro matérias jornalísticas, a sociedade brasileira terá oportunidade de conhecer pelo menos as propostas de maior interesse social contidas no relatório final da 8<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde. Com 21 laudas, o documento circula ainda mimeografado entre os dirigentes da Associação Brasileira de pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco).

Em primeiro lugar, dizem os autores do documento, "ficou evidente que as modificações necessárias ao setor saúde transcendem os limites de uma reforma administrativa e financeira, exigindo-se uma reformulação mais profunda. sm-

pliando-se o próprio conceito de saúde e sua correspondente ação institucional, revendo-se a legislação que diz respeito à proteção, promoção e recuperação da saúde, constituindo-se no que se está convenientemente chamar a reforma sanitária".

Mais adiante, advertem: "A questão que talvez tenha mobilizado mais os participantes e delegados foi a natureza do novo sistema nacional de saúde: se estatizado ou não, de forma imediata ou progressiva. A proposta de estatização imediata foi recusada, havendo consenso sobre a necessidade de fortalecimento e expansão do setor público".

Em qualquer situação, ressalva o documento, "ficou claro que a participação do setor privado deve-se dar sob o caráter de serviço público concedido e o contrato regido pelas normas do direito público. Em relação a esse tema, é impressão da comissão de redação (do relatório final) que falta "uma discussão mais aprofundada" sobre a proposta de "estatização da indústria farmacêutica, aprovada na assembleia final".

Reconheceu os autores do relatório que "outro tema bastante polêmico foi aquele relativo à separação entre saúde e previdência. O entendimento majoritário foi o de que a Previdência Social se deveria encarregar das ações próprias de Seguro Social (pensões, aposentadorias e demais benefícios) e a saúde estaria entregue, em nível federal, a um único órgão com características novas".

Esclarecem os autores do documento que "o setor seria financiado por várias receitas, oriundas de impostos gerais e incidentes sobre produtos e atividades nocivas à saúde. Até que se formasse esse orçamento próprio para a saúde, a Previdência Social deveria destinar recursos, que ora gasta com o Inamps, para o novo órgão e ir retraindo-se na medida do crescimento das novas fontes" de custeio.